

EXTENSÃO, SOCIEDADE E TECNOLOGIA: O PROJETO BARRACÃO

Cristiane Pereira DIAS

Laboratório de Estudos Urbanos (LABEURB)

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Introdução

A experiência de pesquisa e extensão, realizada no âmbito do Projeto Barracão: Eldorado dos Carajás (Ministério da Educação) tem sido um espaço de ampla reflexão sobre o modo de realização do trabalho de extensão, a função social da universidade e as consequências de uma proposta de “inclusão social” (científica e tecnológica) de comunidades de periferia.

Essa experiência vem sendo realizada, através de oficinas (música, arte, leitura, tecnologia, divulgação científica) desenvolvidas com os moradores do Núcleo Residencial Eldorado dos Carajás, localizado no município de Campinas. Esse Núcleo é resultado de uma ocupação, em 1996, e desde então, seus moradores vem buscando, através das regularizações necessárias junto à Prefeitura de Campinas, o estatuto de bairro.

O objetivo das oficinas é colocar o sujeito em confronto com sua realidade, a fim de mostrar que o sentido do espaço que ele habita, já significado como sendo de periferia, pode ser outro. Assim como o sentido dos espaços dos quais ele se sente excluído também pode ser outro. Nosso objetivo, portanto, é desnaturalizar a relação inclusão/exclusão, produzindo para essa “oposição”, outros sentidos, e demonstrando sua contradição.

Buscamos, pois, um trabalho com o sentido, com os modos de significação do espaço para dessa forma afetar a realidade social dessa comunidade.

O projeto não pretende dar soluções paliativas a problemas da ordem da estrutura social, mas envolver o sujeito na produção de conhecimento, através das mídias sociais. Partimos da compreensão do social como politicamente significado. É por essa via que pensamos a inclusão social como consequência de uma posição do sujeito no mundo, de uma identificação desse sujeito com o espaço de relações que é o seu bairro, o espaço em que vive, a cidade em que vive.

Assim, mais do que realizar um trabalho de inclusão social buscamos produzir outros sentidos para o bairro, para os espaços físicos do bairro, como o Barracão, por exemplo, uma estrutura física ampla, mas precária, que queremos reconstruir, também simbolicamente, utilizando-a na realização de atividades lúdicas, de encontros, trocas de experiência, transformando-o num lugar de produção de sentido e de conhecimento.

Para atingir os objetivos do Projeto Barracão as oficinas foram pensadas como práticas que proporcionem uma experiencição do conhecimento, de modo a compreendê-lo e produzi-lo através da linguagem em uma dimensão discursiva. As oficinas incluem trabalho com diversos materiais: audiovisuais, textos literários, textos acadêmicos, leis, fotografias, multimídia etc.

Os resultados práticos das oficinas propostas consistem:

- 1) na criação de um curta-metragem (documentário) sobre as mulheres do bairro (Mulheres do Eldorado);
- 2) criação de uma maquete do bairro no futuro, com uso de materiais recicláveis (papelão, caixas de papel, madeira, jornal, plástico) (O Bairro do Futuro);
- 3) elaboração de um programa de rádio sobre a ciência no cotidiano (A Voz do Eldorado)
- 4) criação de um blog sobre o bairro (O Eldorado dos Carajás)

Esses resultados serão apenas o ponto de partida para que seja possível atingirmos o resultado final do projeto, que é fazer do barracão um espaço simbólico de produção de sentidos, e isso implica fazer simbolizar a cidadania. O real das relações sociais. A inclusão social que pretendemos visa, portanto, fazer ressoar na vida dos moradores do Eldorado dos Carajás, o político.

1. Universidade, trabalho intelectual e leitura

Teoricamente, a noção que sustenta as questões trazidas para reflexão nesse artigo, é a noção de político, definido por Orlandi (2010) como a divisão dos sentidos. Os sentidos, diz a autora:

não são os mesmos para todo mundo, embora “pareçam” os mesmos. Esta divisão tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam essas divisões. Como sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, não só os sujeitos são divididos entre si, como o sujeito é dividido em si (p. 12)

É por esta via que penso poder desenvolver o projeto de extensão Barracão: Eldorado dos Carajás 1) sem cair no assistencialismo e 2) sem cair na arrogância acadêmico-científica, ou seja, desenvolver um projeto de extensão e ao mesmo tempo refletir sobre a função social da universidade, naquilo que constitui seu princípio e sua referência na sociedade.

Segundo Marilena Chauí (2003), a universidade sofreu uma mudança com a reforma do estado do governo FHC:

essa reforma, ao definir os setores que compõem o Estado, designou um desses setores como setor de serviços não exclusivos do Estado e nele colocou a educação, a saúde e a cultura. Essa localização da educação no setor de serviços não exclusivos do Estado significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não só isso. A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social (p. 6)

A autora aponta, ainda, a partir de sua leitura de Michel Freitag (1996), a distinção entre instituição social e organização social. Segundo Chauí (idem):

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois

isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe (p. 6).

Esse deslocamento do estatuto da universidade, que passa de instituição para organização, tem efeitos de sentido no modo como a universidade exerce sua função na sociedade, uma vez que enquanto instituição, conforme aponta Chauí (ibidem.) a universidade tem seu princípio e sua referência na sociedade, mas enquanto organização, “tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares” (p. 6).

Isso explica o caráter cada vez mais utilitário e assistencialista da pesquisa e extensão universitárias. É aí que é preciso não confundir utilitarismo e assistencialismo com função social, sendo, esta última advinda de ações articuladas entre a universidade e a comunidade. Cabe, aqui, a seguinte pergunta: como é possível produzir uma “reorganização do trabalho intelectual” (Orlandi, 2003), de modo que a universidade restitua seu lugar de instituição social, que tem o dever de questionar suas próprias práticas, de refletir sobre ela mesma e assim, de se relacionar com a sociedade? É no âmbito da pesquisa e da extensão, sim, que acredito ser possível “inaugurar a universidade na universidade” (Orlandi, 2008), na medida em que a linguagem e a prática se articulam produzindo conhecimento. Porém, é preciso ter clareza sobre isso que consideramos a relação da universidade com a sociedade, pois nessa falta reside o perigo de tornar a universidade uma prestadora de serviços.

Orlandi (idem) alerta para essa função de prestadora de serviços que a universidade ao longo de anos, vem correndo o risco de assumir, e coloca como uma das causas dessa função a distinção entre a atividade de pesquisa (atribuída à universidade) e atividade de dar aulas (atribuída à escola). Hoje, a essa distinção, eu acrescentaria um agravante: o de que à atividade de dar aulas agregou-se o “uso das TICs”. É preciso, portanto,

ensinar o professor a dar aulas com as TICs. Nas palavras de Orlandi, essa dependência hierárquica entre a universidade e a escola

faz com que se cristalice a idéia de que a atividade de dar aulas se distingue categoricamente da pesquisa e define o professor secundário como um “dador de aulas”. Não se investe em pesquisas do secundário no secundário (a não ser gerenciadas pela universidade) (p. 31).

Assim, se a causa da universidade estar assumindo a função de prestadora de serviços é a distinção entre pesquisa e dar aulas, a consequência, segundo Orlandi (*ibidem*), é a não articulação clara e crítica da universidade com outras instâncias institucionais.

É preciso compreender que a relação da universidade com a sociedade é uma relação constitutiva e não uma relação de mediação, pois ela é uma instituição social. É a perda desse estatuto que a torna cada vez mais uma prestadora de serviços e a distancia da sociedade.

É nessa perspectiva que Orlandi (*ibidem*.) traz a noção de “trabalho intelectual” e a coloca entre aquilo que concebemos como a leitura e a universidade, com o objetivo de tirar a leitura de seu uso técnico, utilitário e mostrar, num primeiro momento, a relação da leitura com o trabalho intelectual, mostrar que a leitura é, como diz a autora, “condição de base do trabalho intelectual”; e, num segundo momento, “dar uma maior precisão ao modo como se pode tomar o conceito de universidade” a partir do que se concebe como “trabalho intelectual”. E eu acrescentaria a partir do que se concebe como trabalho intelectual no âmbito do paradigma tecnológico atual.

Assim: como desenvolver um projeto de extensão universitária e dar sentido para o conhecimento produzido pelos moradores de um bairro de periferia, já significado como lugar de sujeitos excluídos, que não sabem, que não têm acesso?

2. A tecnologia e a forma das relações sociais

Hoje, alguns temas estão na moda: tecnologia é um deles. Tecnologia e educação, tecnologia e sociedade, ciência e tecnologia e muitas outras paráfrases possíveis do discurso administrativo que se materializa nessas formulações.

É preciso, no entanto, ressignificar a relação da tecnologia com as práticas cotidianas do sujeito, de modo a fazer deslizar o sentido, fazer ressoar o simbólico e o político no discurso da tecnologia.

A tecnologia é um discurso, é efeito de sentidos entre sujeitos da sociedade contemporânea. A tecnologia é parte das condições materiais de existência dos indivíduos na sua relação com a sociedade (Orlandi, 2010).

Como todo discurso, a tecnologia tem seus sentidos: um desses sentidos é o da inclusão digital/social. Esse sentido, do acesso digital ou inclusão digital corrobora o sistema que responsabiliza o próprio sujeito pelo seu fracasso. Uma vez que o governo dá o acesso (mesmo que sem condições mais complexas de aprendizagem e igualdade de oportunidades), ele se desresponsabiliza alegando: “o Estado fez a sua parte, mas eles não souberam aproveitar”. É a lógica da desigualdade sustentada, da qual Foucault (2008) já falou largamente.

O sentido da inclusão pronunciado pelo discurso da tecnologia, produz, portanto, um efeito de estabilidade, de possibilidade para o sujeito. Esse efeito tem um funcionamento no modo de individuação do sujeito pelo Estado, no caso, pelo discurso da tecnologia, ou seja, coloca-o no processo de identificação em relação à formação discursiva da inclusão digital constituindo uma posição sujeito (que é política) em relação a esse discurso de inclusão. Porém, para que esse efeito se produza, é preciso que o lugar do qual o sujeito significa, seja o lugar da exclusão. Assim, esse lugar vai funcionar na sociedade como uma demanda. Ora, com isso, o discurso da inclusão funciona pelo efeito de “contra-identificação” à condição de excluído.

A contra-identificação, conceito trabalhado por Pêcheux (1995) como a segunda modalidade discursiva do funcionamento subjetivo, ao lado da primeira modalidade, a identificação, e da terceira modalidade, a da desidentificação, caracteriza o discurso do “mau sujeito”, isto é, o “contradiscurso”, a “luta contra a evidência ideológica” (p. 215-216), nas palavras do autor. É, portanto, na luta contra a evidência da exclusão que o sujeito se posiciona, buscando se identificar à formação discursiva da inclusão. É preciso lembrar, contudo, que

esse ‘antagonismo’ [da aceitação livremente consentida e da recusa] se manifesta, na realidade, *no interior da forma-sujeito*, na medida em que o efeito daquilo que definimos como *o interdiscurso* [no caso, a inclusão/exclusão] *continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva*, na qual a evidência do sentido *lhe é fornecida para que ele se ligue a ela ou que a rejeite* (idem, p. 216).

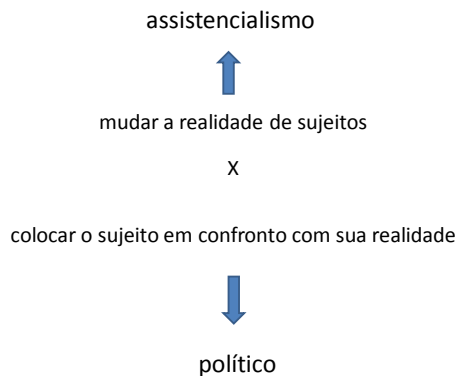
Assim, o funcionamento do interdiscurso se dá no interior da forma-sujeito, é ele que vai determinar a posição do sujeito na sociedade, seja pela identificação ou pela contra-identificação. Não se trata mais, nas palavras de Orlandi (2010) “de falarmos em exclusão ou inclusão, mas de segregação”. Isso porque, segundo Tourraine (1991):

Vivemos, neste momento, a passagem de uma sociedade vertical, que adquirimos o hábito de chamar de uma sociedade de classes com pessoas no topo e pessoas na base, à uma sociedade horizontal, onde o importante é saber se estamos no centro ou na periferia. (...) a questão não é mais hoje a de estar no topo ou na base, mas dentro ou fora: aqueles que não estão dentro querem estar, de outro modo eles estão no vazio social.

Não há mais modelo alternativo [como de mudar a sociedade ou de ascender ao topo da pirâmide], o que desestrutura tudo¹ (p. 166)

Para Tourraine (idem.) “nós éramos uma sociedade de discriminação, nós nos tornamos uma sociedade de segregação”² (p. 171). Nessa forma de organização social há uma forte tendência à imobilização do sujeito³. É isso que é preciso reconstruir: “a capacidade de cada um de produzir sua vida” (p. 7).

Para tanto, é preciso colocar o sujeito em confronto com sua realidade, nisso consiste o político, a cidadania.



¹ Tradução livre: “Nous vivons en ce moment le passage d’une société verticale, que nous avions pris l’habitude d’appeler une société horizontale, ou l’important est de savoir si on est au centre ou à la périphérie. (...) l’affaire n’est plus aujourd’hui d’être up or down mais in or out: ceux qui ne sont pas in veulent l’être, autrement ils sont dans le vide social. Il n’y a plus de modèle alternative, ce qui bouleverse tout”.

² Tradução livre: “Nous étions une société de discrimination, nous devenons une société de ségrégation”.

³ É preciso aqui não confundir com “desmobilizados”, que aponta para o sentido da possibilidade de mobilização, para o enfraquecimento, desistência de mobilização, desmotivação. Imobilizados tal como estou utilizando é no sentido de que não há possibilidade de mobilização. No sentido de engessamento do sujeito pela forma da organização social.

A formulação “mudar a realidade de sujeitos” produz sentidos de intervenção naquilo que já existe, propondo mudanças a partir do pré-construído de que o que existe é ruim e, portanto, precisa ser mudado. Já a formulação “colocar o sujeito em confronto com sua realidade” não pré-julga a realidade como boa ou má, mas busca dar ao sujeito condições de produzi-la através da compreensão dos sentidos que a determinam, do funcionamento da ideologia.

Dessa forma, criam-se laços políticos e não laços de dependência, fazendo, com isso, simbolizar a cidadania.

- i. Através da aprendizagem como um gesto político-social e cultural
- ii. Através da produção de sentidos para o espaço em que vive
- iii. Através da compreensão de que a inclusão é o próprio gesto de produzir sentidos para um saber e não uma condição para a cidadania, para a prática tecnológica e para a aprendizagem.

O paradigma tecnológico e o projeto de extensão

As tecnologias de informação e comunicação estabelecem uma nova forma de organização do trabalho intelectual e da produção científica. Santos (2003) destaca duas categorias de transformações que caracterizam a mudança de paradigma tecnológico, das seis apontadas por Kodama (1991, apud Santos). A primeira delas refere-se, justamente, às atividades de pesquisa e desenvolvimento, num sistema competitivo, onde o competidor visível de outrora passa a ser um inimigo invisível, porque informação digital. Hoje, competimos com as informações, veiculadas sob a forma do discurso midiático. Esse é o modo de organização do trabalho das organizações: o da competição.

A segunda transformação refere-se à inovação técnica que parece se dar muito mais pela fusão de diferentes tecnologias do que pela ruptura tecnológica. Essa fusão produz uma corrida tecnológica que cria uma

dependência da “capacidade de invenção e substituição de produtos do que da extensa exploração (...) dos mesmos” (p. 232). Daí nossa eterna sensação do obsoleto e nossa falta de parâmetros para lidar com a mudança constante, como se os instrumentos que utilizamos fossem mutantes e se tornassem outros num curto prazo de tempo. Daí também a nossa falta de reflexão sobre os instrumentos que utilizamos, e sobre os efeitos dessa utilização.

Tudo faz parte desse nosso contexto sócio-histórico no qual as tecnologias de informação e comunicação produzem uma dominância no modo de organização da pesquisa. Não tem lugar aí para relação sujeito-história-sociedade, o que permitiria uma verdadeira reflexão sobre as tecnologias da informação e comunicação no contexto da pesquisa e extensão.

Desse ponto de vista, diríamos que é nessa relação irrefletida que as coisas se passam, reiterando o lugar da universidade como prestadora de serviços, como empresa, como organização.

É nesse sentido que Orlandi (2003) aponta para a evidência do recobrimento entre ciência, tecnologia e administração. Para mim, a pesquisa e a extensão no contexto universitário significam a partir desse recobrimento. Há um já-dito que significa nossa relação com a pesquisa na universidade e que é, justamente, esse que apontei anteriormente, ou seja, o fato de que a universidade assume um estatuto de prestadora de serviços. Para Orlandi (idem.),

o que falta é que esse discurso signifique pensando a relação entre o governo, a administração, a ciência e o público. Estabelecer-se-ia então uma conversa real entre a experiência e o conhecimento, situados na dimensão histórica e social em que, enquanto sujeitos, produzimos nossa existência (p. 4).

O que se passa com as tecnologias de informação e comunicação hoje é significado, num contexto mais estrito, pelo discurso do utilitário e do apoio técnico, enfim, do produto, e, num contexto mais amplo, pelo discurso da mudança, da globalização, do planetário, através do qual a informação digital se dissemina ela mesma como um vírus da invisibilidade.

Nessas condições de produção, não refletimos sobre o processo de produção do conhecimento, ficamos apenas na superfície da informação e no imediato da comunicação. E assim nos relacionamos com o trabalho intelectual, preocupados em não sermos ultrapassados nos instrumentalizamos sem refletir sobre os instrumentos que utilizamos e sem adequar esses instrumentos às condições de produção a partir das quais os utilizamos.

Esse é um reflexo do que Pêcheux (1997) chamou de divisão social do *trabalho de leitura*.

Hoje, informatizamos, produzimos softwares para auxiliar nossas pesquisas e nosso trabalho, mas não refletimos sobre o que escapa à informatização: o sentido. O sentido que se produz na e pela história, das técnicas e do sujeito. É aí que a leitura como prática (política, cultural e histórica) é condição de base do trabalho intelectual, de pesquisa e extensão.

Sem que levemos isso em consideração, as tecnologias de informação e comunicação no contexto da pesquisa e extensão universitárias podem assumir, muitas vezes, o sentido dado pela máquina (do Estado, das organizações, do computador): o sentido do utilitarismo.

É preciso tomar cuidado, já dizia Pêcheux (1997), em 1981, “com os riscos redutores do trabalho com a informática”, mas face a eles saber “desenvolver práticas diversificadas de trabalho sobre o arquivo textual” (p. 63). Com isso Pêcheux propõe um sistema diferencial de *gestos de leitura* na construção mesma do arquivo, produzindo *um espaço polêmico*

das maneiras de ler através da marcação e reconhecimento das evidências práticas que organizam estas leituras, mergulhando as evidências numa leitura interpretativa, no confronto da memória histórica consigo mesma. Assim, para pensarmos na construção do sentido, que não apaga a memória histórica, no que se refere à leitura, precisamos refletir sobre a materialidade da língua e da história, sobre a não-transparência. Ou seja, isso que diz respeito “à vida dos homens na sociedade”, ao “movimento do pensamento”, “ao movimento do mundo” (Orlandi, 2007).

E, para terminar, cabe ainda uma referência a Michel Pêcheux (1997), quando o autor diz que não podemos ceder

às facilidades verbais da pura denúncia humanista do “computador”, nem se contra-identificar ao campo da informática (...), [precisamos tomar partido] no nível dos conceitos e dos procedimentos, por este trabalho do pensamento em combate com sua própria memória (...), sob suas diferentes modalidades ideológicas e culturais, contra tudo o que tende hoje a apagar este trabalho (p. 63-64).

Precisamos construir procedimentos que dêem conta da “pluralidade dos *gestos de leitura*”. É a este preço, continua Pêcheux (idem, p. 64), “que se poderá evitar substituir questões (...) por “objetos operacionais” (...) que derivam mais da gestão administrativa e do sonho logicista de língua ideal [e eu acrescento, de sociedade ideal e de educação ideal] que da pesquisa científica fundamental”.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **A Universidade Pública sob Nova Perspectiva**. In: Revista brasileira de educação, n. 24, Set/Out/Nov/Dez 2003. p. 5-15.

FREITAG, Michel. **Le naufrage de l'université**. Paris: Editions de la Découverte, 1996.

ORLANDI, Eni. A função mais própria da universidade e sua configuração histórica. In: Discurso e leitura, 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Formas de individuação do sujeito: feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência**. In: ORLANDI, E. (org.) **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas: RG Editora, 2010. p. 11-42

_____. **Os Recursos do futuro: um outro discurso**. In. Multiciência, Revista Interdisciplinar dos Centros e Núcleos, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.multiciencia.unicamp.br/intro_01.htm>

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. São Paulo: Pontes, 2001.

_____. **A noção de materialidade**. Dez. 2007. In: Vídeos Labeurb Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/videos.lab>>

PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi et. all. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. **Ler o arquivo hoje**. In. ORLANDI, Eni. (org.) Gestos de Leitura: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 55-64.

TOURRAINE, Alain. **Face à l'exclusion**. In: **Citoyenneté et urbanité**. Paris: Éditions Esprit, 1991. p. 165-173.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias**: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003.